

AMBIENTE

Lei da mata atlântica provoca racha no governo

Assessor do presidente, que é autor da proposta original, critica equipe econômica

SANDRA SATO

BRASÍLIA – O autor do projeto original de proteção da mata atlântica, o ex-deputado Fabio Feldmann, criticou ontem a equipe econômica por boicotar a votação da proposta no Congresso, com a ajuda de PPB, PFL e PMDB. “Estou perplexo e surpreso”, afirmou Feldmann, que hoje é o representante do presidente Fernando Henrique Cardoso para a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +10.

Feldmann disse que as bancadas governistas foram orientadas pela área econômica, que considerou como mais despesas para o governo os incentivos fiscais previstos no texto para quem proteger mata atlântica.

“É uma visão estreita e equivocada”, reagiu. Segundo ele, os estímulos econômicos são, na prática, investimentos em “um dos biomas mais ameaçados do País” pelos benefícios que proporcionariam, como a proteção da rede de drenagem, mananciais, solo e biodiversidade.

Em tom crítico, ele lembra que há pelo menos 5 anos os incentivos fiscais foram incorporados ao texto original do projeto apresen-

tado por ele em 1992. E, agora, que o projeto estava em regime de urgência na pauta da Câmara é que a equipe econômica resolve rediscutir o assunto. E contou com a ajuda de parlamentares da base governista para impedir a votação antes do recesso parlamentar.

O deputado Abelardo Luppion (PFL-PR), um dos autores do requerimento que retirou anteontem o projeto da pauta da Câmara, diz que é preciso negociar com todos os setores. “O projeto não nos atende”, afirma. O parlamentar queixa-se de que as araucárias, no Paraná, passariam a ser consideradas parte da mata atlântica, o que implicaria em maiores restrições para a sua exploração.

GOVERNO
 CONSIDERA
 O INCENTIVO
 UMA DESPESA

Feldmann e ambientalistas contavam com a aprovação do projeto para reforçar a posição do Brasil na conferência que ocorrerá em Johannesburgo, em agosto e

setembro, a Rio +10.

A mata atlântica é, dentre os principais biomas brasileiros, o que mais foi destruído ao longo dos cinco séculos de ocupação do território. Do 1,5 milhão de quilômetros quadrados originais, que ocupavam toda faixa costeira do Rio Grande do Sul ao Piauí, restam hoje cerca de 8%.

Apesar do atraso na votação desse projeto, a legislação já existente garante uma proteção mínima aos remanescentes.